



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I - Parte

09h00

Audição, a requerimento do PCP, da Federação Nacional do Médicos, «sobre a reorganização dos serviços de urgência de Ginecologia e Obstetrícia, na região de Lisboa e Vale do Tejo, da reorganização dos serviços de urgência de Psiquiatria a nível nacional e da reorganização dos serviços de urgência geral».

10h10

Audição, a requerimento da IL, da ADIFA - Associação de Distribuidores Farmacêuticos, «sobre a rutura de medicamentos».

11h20

Audição, a requerimento do PSD, do Sindicato Independente dos Médicos, sobre «a situação que está a ocorrer no Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, designadamente na área de obstetrícia do Hospital de Portimão».

II - Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 32, da reunião de dia 15 de fevereiro;
2. Distribuição de iniciativas para efeitos de elaboração de parecer:
- Projeto de Lei n.º 568/XV/1.ª (BE) - «Mitigar a rutura de medicamentos em Portugal através de produção feita pelo Laboratório Nacional do Medicamento»;
Deputado Autor do Parecer: PCP;
3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PS, para audição urgente da Diretora-Geral da Saúde «para prestar esclarecimentos sobre eventuais constrangimentos no acesso à interrupção da gravidez»;
4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição urgente do Ministro da Saúde sobre «os obstáculos e a falta de resposta no SNS para



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

garantir o acesso à IVG»;

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo L, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde e da Chefe de Divisão da Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direcção-Geral da Saúde «sobre os constrangimentos no acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez»;
6. Discussão e votação do requerimento apresentado pela IL, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde «para prestarem todos os esclarecimentos sobre o direito de acesso das mulheres, em Portugal, à Interrupção Voluntária da Gravidez»;
7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde, do Inspetor-geral das Atividades em Saúde e do Movimento democrático de Mulheres, «sobre a situação relativa à IVG no SNS»;
8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PAN, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Inspetor-geral das Atividades em Saúde, da Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde e da Responsável pelo Comité de Aborto Seguro da Federação Internacional de Ginecologia «para que sejam prestados esclarecimentos sobre os obstáculos à realização de interrupção voluntária da gravidez no Serviço Nacional de Saúde e a restrição dos direitos reprodutivos das mulheres consagrados na Lei n.º 16/2007, de 17 de abril»;
9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PAN, para audição do Ministro da Saúde e da Direção da Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde, «para que sejam prestados esclarecimentos sobre o processo de criação da carreira de técnico auxiliar de saúde»;
10. Outros Assuntos.

I - Parte

09h00

Audição, a requerimento do PCP, da Federação Nacional dos Médicos, «sobre a reorganização dos serviços de urgência de Ginecologia e Obstetrícia, na região de



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

Lisboa e Vale do Tejo, da reorganização dos serviços de urgência de Psiquiatria a nível nacional e da reorganização dos serviços de urgência geral».

A Vice-Presidente, Deputada Susana Correia, deu as boas-vindas ao Dr. João Proença, Vice-presidente da Comissão Executiva da FNAM e Presidente da Direção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), à Dra. Luísa Isabel, membro efetivo da Comissão Executiva da FNAM e Vice-presidente da Direção do Sindicato dos Médicos da Zona Centro (SMZC), ao Dr. João Canha, membro do Conselho Nacional da FNAM e delegado sindical do Sindicato dos Médicos do Norte (SMN) na Unidade Local de Saúde de Matosinhos, ao Dr. João Pedro Oliveira, Secretário da Direção do SMZS e à Dra. Sara Proença, membro da Direção do SMZS. Explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP, posto o que deu a palavra ao Deputado João Dias para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta do Dr. João Proença.

Na primeira ronda de perguntas entrevistaram os Deputados: Irene Costa, Pedro Melo Lopes, Pedro dos Santos Frazão, Joana Cordeiro e Catarina Martins, tendo o Dr. João Proença, a Dra. Sara Proença e o Dr. João Canha respondido ao conjunto das questões formuladas.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Irene Costa, Pedro Melo Lopes, Pedro dos Santos Frazão, Joana Cordeiro e João Dias.

O Dr. João Proença, a Dra. Luísa Isabel e o Dr. João Pedro Oliveira responderam, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que a Vice-Presidente deu por encerrada a audição.

10h10

Audição, a requerimento da IL, da ADIFA - Associação de Distribuidores Farmacêuticos, «sobre a rutura de medicamentos».

A Vice-Presidente deu as boas-vindas ao Dr. Nuno Flora, Presidente Executivo da ADIFA, e à Dr.ª Andrea de Sousa, Secretária-Geral da ADIFA, explicando a grelha de



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pela IL, posto o que deu a palavra à Deputada Joana Cordeiro para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta do Dr. Nuno Flora.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Ana Isabel Santos e Cláudia Bento, tendo o Dr. Nuno Flora respondido ao conjunto das questões formuladas.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Ana Isabel Santos, Cláudia Bento, Pedro dos Santos Frazão e Joana Cordeiro.

O Dr. Nuno Flora respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que a Vice-Presidente deu por encerrada a audição.

11h20

Audição, a requerimento do PSD, do Sindicato Independente dos Médicos, sobre «a situação que está a ocorrer no Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, designadamente na área de obstetrícia do Hospital de Portimão».

A Presidente em exercício, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, começou por explicar que iria assumir a condução dos trabalhos, uma vez que decorria em simultâneo a Conferência dos Presidentes das Comissões Permanentes, a qual contaria com a presença dos Vice-Presidentes da Comissão de Saúde, Deputados Susana Correia e João Dias. Posto isto, deu as boas-vindas ao Dr. Jorge Roque da Cunha, Secretário-Geral do SIM, ao Dr. João Dias, Secretário Regional do SIM/Algarve, à Dr.ª Hermínia Teixeira e à Dr.ª Berta Cruz, explicando a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PSD, posto o que deu a palavra ao Deputado Rui Cristina para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta do Dr. Jorge Roque da Cunha.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Jorge Botelho, Pedro dos Santos Frazão, Joana Cordeiro e Paula Santos, tendo o Dr. Jorge Roque da Cunha e o Dr. João Dias respondido ao conjunto das questões formuladas.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Jorge Botelho, Rui Cristina, Pedro dos Santos Frazão, Joana Cordeiro, Paula Santos e Rui Tavares.

O Dr. Jorge Roque da Cunha e o Dr. João Dias responderam, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que a Presidente em exercício deu por encerrada a audição.

II – Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 32, da reunião de dia 15 de fevereiro;
A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

2. Distribuição de iniciativas para efeitos de elaboração de parecer:

- Projeto de Lei n.º 568/XV/1.ª (BE) - «Mitigar a rutura de medicamentos em Portugal através de produção feita pelo Laboratório Nacional do Medicamento»;

Deputado Autor do Parecer: PCP;

O GP do PCP indicou como Deputado Relator o Deputado João Dias.

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PS, para audição urgente da Diretora-Geral da Saúde «para prestar esclarecimentos sobre eventuais constrangimentos no acesso à interrupção da gravidez»;

4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição urgente do Ministro da Saúde sobre «os obstáculos e a falta de resposta no SNS para garantir o acesso à IVG»;

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo L, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde e da Chefe de Divisão da Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direcção-Geral da Saúde «sobre os constrangimentos no acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez»;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento apresentado pela IL, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde «para prestarem todos os esclarecimentos sobre o direito de acesso das mulheres, em Portugal, à Interrupção Voluntária da Gravidez»;

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição urgente do Ministro da Saúde, do Diretor Executivo do SNS, da Diretora-Geral da Saúde, do Inspetor-geral das Atividades em Saúde e do Movimento democrático de Mulheres, «sobre a situação relativa à IVG no SNS»;

Os Deputados presentes concordaram em realizar a discussão conjunta dos vários requerimentos, uma vez que todos versavam sobre o mesmo assunto.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos, neste momento na qualidade de Deputada do GP do PS, apresentou o requerimento do PS, salientando notícias que tinham vindo a público sobre dificuldades de acesso a técnicas de IVG. Referiu que foi aberto inquérito para descortinar como é que os cuidados obstétricos estão a decorrer nos centros de IVG no que concerne as técnicas de IVG. Concluiu então pela necessidade de ouvir a Diretora-Geral da Saúde e o Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

A Deputada Catarina Martins apresentou o requerimento do BE, referindo que as notícias que tinham sido divulgadas não eram surpresa para o GP do BE. Recordou que o seu GP, em 2018, tinha feito um levantamento sobre inúmeras situações de incumprimento de acesso à IVG. Denunciou que se verifica um problema de dificuldade de acesso às técnicas de IVG, mas ainda mais grave seria a humilhação que sofrem as mulheres que recorrem a essas técnicas em serviços de saúde. Sublinhou que a IVG era legal e não havia motivo para que estes constrangimentos acontecessem.

O Deputado Rui Tavares apresentou o requerimento do L, reforçando que a IVG era uma questão de saúde pública e um direito humano que o país tinha que garantir.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

A Deputada Joana Cordeiro apresentou o Requerimento, referindo ser inconcebível que o Ministro da Saúde não tivesse conhecimento deste assunto, e por outro lado, verificar que o Diretor Executivo tinha. Sublinhou que não se poderia permitir que se coartasse um direito das mulheres.

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP e recordou que a IVG foi um direito conquistado pelas mulheres, estava consagrado na lei e deverá ser uma realidade.

O Deputado Rui Cristina indicou que iria votar favoravelmente todos os requerimentos.

O Deputado Pedro dos Santos Frazão, referiu que, no dia 4 de outubro de 2022, o CH apresentou um requerimento para audição dos técnicos de emergência médica que ainda não fora agendado, denunciando que os GP submetiam requerimentos com caráter de urgência, mas não o faziam sobre o tema da emergência médica. Solicitou então que fosse considerado o requerimento do CH como urgente.

A propósito dos requerimentos em votação, referiu que o CH não votaria contra.

O Deputado Luís Soares propôs neste momento que fossem ouvidas as entidades: Diretora Geral da Saúde, Inspetor-geral das Atividades em Saúde, Entidade Reguladora da Saúde e Ministro da Saúde, e as restantes noutra sede que não em plenário da Comissão. Referiu que caso fosse outro o entendimento dos Deputados, a audição destas últimas entidades mereceria o voto contra do PS.

A Deputada Catarina Martins referiu não objetar à proposta do PS.

A Deputada Paula Santos referiu que não concordava com a proposta do PS e que pretendia que o requerimento do PCP fosse votado sem alterações. Acrescentou que o Diretor Executivo fez declarações públicas sobre o assunto e que sobre ele recaía responsabilidade política.

No mesmo sentido, a Deputada Joana Cordeiro referiu que não abdicaria da audição ao Diretor Executivo do SNS.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

O Deputado Rui Tavares lamentou que o PS não quisesse ouvir o Diretor Executivo e a Chefe de Divisão da Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direção-Geral da Saúde, que em seu entender faria todo o sentido ouvir. Referiu que não tinha poder de voto na comissão e afirmou que se os GP com assento na Comissão quisessem requerer um agendamento potestativo, talvez pudessem considerar fazê-lo naquele momento.

Posto, isto foi realizada a votação das entidades incluídas nos vários requerimentos, da seguinte forma:

Requerimento do PS- aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

Requerimento do BE- aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

Requerimento do L- audição do Ministro da Saúde e da Diretora-Geral da Saúde: aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

- audição do Diretor Executivo do SNS e da Chefe de Divisão da Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direcção-Geral da Saúde: rejeitado com os votos contra do PS, com os votos favoráveis do PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

Requerimento da IL- audição do Ministro da Saúde e da Diretora Geral da Saúde: aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

- audição do Diretor Executivo do SNS rejeitado com os votos contra do PS, com os votos favoráveis do PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

Requerimento do PCP- audição do Ministro da Saúde e da Diretora Geral da Saúde: aprovado com os votos favoráveis com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

- Audição do Diretor Executivo do SNS: rejeitado com os votos contra do PS, com os votos favoráveis do PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

-Audição do Inspetor Geral das Atividades em Saúde foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, IL, PCP e BE e abstenção do CH.

10. Outros Assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, a Presidente em exercício informou os Deputados presentes que a Deputada Isabel Pires do GP do BE passaria a integrar a Comissão de Saúde, em substituição do Deputado José Soeiro, como Deputada Suplente.

Referiu ainda que, na sequência dos pedidos de redistribuição da 13.ª Comissão e da 1.ª Comissão, a Comissão de Saúde foi notificada dos despachos de baixa do Projeto de Lei n.º 527/XV/1.ª (CH): - «Pela obrigatoriedade da existência de equipa de enfermagem 24 horas por dia nos estabelecimentos prisionais», no dia 17 de fevereiro e do Projeto de Lei n.º 528/XV/1.ª (CH): - «Pela obrigatoriedade da existência de um enfermeiro nos estabelecimentos de ensino pré-escolares e escolas do ensino básico e secundário.» no dia 14 de fevereiro. Porém, uma vez que a discussão, em Plenário, destas iniciativas legislativas já estava agendada para a próxima sexta-feira, não seriam distribuídas para efeitos de elaboração de Parecer, o que não mereceu a oposição de nenhum GP.

Informou ainda que, na sequência de um pedido de redistribuição da 13.ª Comissão, baixaram à Comissão de Saúde, no dia 15 de fevereiro, duas petições: Petição n.º 34/XV/1.ª - «Valorização dos Enfermeiros e Enfermagem» que deu entrada na Assembleia da República no dia 1 de julho de 2022 e nessa ocasião foi distribuída à 13.ª Comissão, e que reunia 2.028 assinaturas e a Petição n.º 90/XV/1.ª «Pela progressão automática extraordinária dos psicólogos do SNS na Carreira de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica», que deu entrada no Parlamento no dia 6 de dezembro de 2022, e nessa ocasião foi distribuída à 13.ª Comissão, e que reunia 286 assinaturas. Comunicou então que petições seriam admitidas e eventualmente distribuídas na próxima reunião ordinária da Comissão.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

Indicou que os Projetos de Resolução n.º 437/XV/1.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de uma Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose» e n.º 326/XV/1.ª (PAN) - «Consagra o dia 1 de março como o Dia Nacional da Endometriose e Adenomiose» baixaram na especialidade, no dia 17 de fevereiro e questionou os Deputados se havia algum inconveniente à fixação do prazo para propostas de alteração em 20 dias, o que não mereceu oposição.

Relembrou que a discussão e votação na especialidade das apreciações parlamentares n.º 3/XV/1.ª (CH) - Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que «Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde» e n.º 6/XV/1.ª (PSD) - Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto «Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde» seria agendada para a próxima reunião da Comissão de Saúde, poiso o prazo para apresentação de propostas de alteração ao decreto-lei relativamente aos artigos que foram objeto de propostas de alteração na generalidade já terminara.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:28 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a versão áudio e vídeo ser consultada neste [link1](#), [link2](#), [link3](#) e [link4](#).

Palácio de São Bento, 23 fevereiro 2023.

A VICE- PRESIDENTE

(SUSANA CORREIA)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
Cláudia Bento (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
Catarina Martins (BE)
António Monteiro (PS)
Jorge Botelho (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Sara Velez (PS)
Hugo Maravilha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Paula Santos (PCP)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 33/XV/ 1.ª SL